



PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2022

Praça Francisco Ornelas da Câmara
9760-851 Praia da Vitória
www.cmpv.pt



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

INTRODUÇÃO

O Município da Praia da Vitória apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de «contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método integral o utilizado uma vez que o Município da Praia da Vitória é detentor de uma percentagem de controlo superior a 50% na maioria das entidades participadas. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações Intra grupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local. As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

DEFINIÇÕESEntidade mãe ou entidade consolidante:

É o município que controla uma ou mais entidades.

Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Diferenças de consolidação:

São as diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo-se decompor em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição.

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**Praia Ambiente, S.A., E.M.**

A Praia Ambiente, S.A., E.M., é uma empresa pública municipal, cujo objeto social consiste na gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e serviços conexos, drenagem e tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza pública urbana.

Praia Cultural, Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada

A Praia Cultural é uma cooperativa, cujo objeto social consiste na criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente, no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura, audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

O seu objeto social também inclui o desenvolvimento e promoção da ação social e psicomotora, através de iniciativas de apoio aos jovens, às famílias e idosos do concelho em dificuldades ou em situação de risco e a criação de espaços e equipamentos sociais. Desenvolvimento sociocultural, pedagógico e turístico-cultural, designadamente através de iniciativas e ações que promovam o concelho em todas as vertentes referidas.

1. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza				Valores em euros	
Município da Praia da Vitória					
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2022	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2022
	Receita corrente	11 879 770,70		Despesa corrente	11 871 580,35
R1	Receita fiscal	2 657 590,09	D1	Despesas com o pessoal Remunerações Certas e Permanentes	4 018 468,73
R1.1	Impostos diretos	2 655 391,06	D1.1		3 005 671,89
R1.2	Impostos indiretos	2 199,03	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	172 764,42
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	D1.3	Segurança Social	840 032,42
R3	Taxas, multas e outras penalidades	37409,40	D2	Aquisição de bens e serviços	2 501 387,82
R4	Rendimentos de propriedade	425 103,65	D3	Juros e outros encargos	75 113,67
R5	Transferências e subsídios correntes	8 506 172,34	D4	Transferências e subsídios correntes	5 221 424,26
R5.1	Transferências correntes	8 506 172,34	D4.1	Transferências correntes	1 079 757,66
R5.1.1	Administrações Públicas	8 506 172,34	D4.1.1	Administrações Públicas	196 854,29
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	7 906 786,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	20 416,20	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R5.1.1.3	Segurança social	0,00	D4.1.1.3	Segurança social	54 138,29
R5.1.1.4	Administração Regional	578 970,14	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	142 716,00
R5.1.2	Exterior - EU	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	674 060,05
R5.1.3	Outras	0,00	D4.1.3	Famílias	162 614,50
R5.2	Subsídios correntes	0,00	D4.1.4	Outras	46 228,82
R6	Venda de bens e serviços	253 298,46	D4.2	Subsídios correntes	4 141 666,60
R7	Outras receitas correntes	196,76	D5	Outras despesas correntes	55 185,87
	Receita de capital	2 435 764,46		Despesa de capital	4 481 431,72
R8	Venda de bens de investimento	57 986,50	D6	Aquisição de bens de capital	4 167 400,72
R9	Transferências e subsídios de capital	2 377 777,96	D7	Transferências e subsídios de capital	314 031,00
R9.1	Transferências de capital	2 377 777,96	D7.1	Transferências de capital	314 031,00
R9.1.1	Administrações Públicas	2 377 777,96	D7.1.1	Administrações Públicas	10 000,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado português	1 768 039,57	D7.1.1.1	Administração Central - Estado português	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	609 738,39	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	10 000,00
R9.1.2	Exterior - EU	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	304 031,00
R9.1.3	Outras	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	D7.1.4	Outras	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 453,50	D8	Outras despesas de capital	0,00
	Receita efetiva (1)	14 335 988,66		Despesa efetiva (4)	16 353 012,07
	Receita não efetiva (2)	4 717 369,47		Despesa não efetiva (5)	2 816 433,93
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	11 433,86
R13	Receita com passivos financeiros	4 717 369,47	D10	Despesa com passivos financeiros	2 805 000,07
	Receita Total (3)=(1)+(2)	19 053 358,13		Despesa total (6)=(4)+(5)	19 169 446,00

2. Balanço consolidado

Município da Praia da Vitória			
Balço em 31 de Dezembro de 2022 - Consolidadas			Valores em €
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	71 126 694,49	71 610 299,35
Propriedades de investimento	8	1 872 311,45	1 876 220,09
Ativos intangíveis	3	4 256 410,81	4 349 005,47
Ativos biológicos			
Participações financeiras	1 / 18	11 187 801,91	11 291 497,17
Diferimentos			
Outros ativos financeiros		44 798,95	28 805,53
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Impostos diferidos		16 935,98	3 401,86
Outras contas a receber			
		88 504 953,59	89 159 229,47
Ativo corrente			
Inventários	10	188 219,40	169 061,94
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		678 299,64	678 299,64
Clientes, contribuintes e utentes	9	275 120,20	188 814,58
Estado e outros entes públicos	24	74 576,45	53 156,92
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		1 830 201,23	779 911,84
Diferimentos	23	25 135,34	38 925,92
Ativos financeiros detidos para negociação			
Caixa e depósitos	1	414 528,38	646 820,18
		3 486 080,64	2 554 991,02
Total do Ativo		91 991 034,23	91 714 220,49
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	29	29 850 459,10	29 869 399,77
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		367 389,58	389 107,05
Resultados transitados		-14 418 320,03	-9 979 416,25
Ajustamentos em ativos financeiros		9 701 852,48	11 732 697,99
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		37 941 696,53	37 051 857,24
Resultado líquido do período		75 684,33	-4 564 723,53
Dividendos antecipados		1 859 143,82	185 787,90
Interesses que não controlam		-14 039,01	-8 544,20
Total do Património Líquido		65 363 866,80	64 676 165,97

3. Demonstração de resultados por naturezas consolidado

Município da Praia da Vitória			
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2022 - Consolidadas			Valores em €
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	25	3 551 955,71	2 606 153,91
Vendas	25	101 067,33	238 017,65
Prestações de serviços e concessões	25	3 905 424,82	3 983 651,87
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreend	25	369 191,66	233 862,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	25	8 382 871,97	8 565 369,96
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-213 856,35	-269 313,54
Fornecimentos e serviços externos	26	-4 126 676,63	-4 367 959,20
Gastos com pessoal	28	-8 393 087,05	-8 421 623,86
Transferências e subsídios concedidos		-892 832,82	-1 771 811,73
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-12 106,88	-393 093,45
Provisões (aumentos/reduções)	15		-1 959 389,81
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		-2 710,23	117,99
Outros rendimentos	25	1 354 984,80	1 191 275,00
Outros gastos	27	-204 822,33	-317 165,83
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 819 404,00	-681 909,04
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 309 201,15	-3 453 100,08
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		510 202,85	-4 135 009,12
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-426 872,36	-406 832,29
Resultado antes de impostos		83 330,49	-4 541 841,41
Imposto sobre o rendimento		-21 685,17	-31 426,32
Resultado líquido do período		61 645,32	-4 573 267,73
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		14 039,01	8 544,20
Interesses que não controlam		75 684,33	-4 564 723,53

4. Demonstração das alterações ao património líquido consolidado

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	29 869 399,77	0,00	0,00	0,00	389 107,05	0,00	-9 979 416,25	11 732 697,99	0,00	37 051 857,24	-4 564 723,53	64 498 922,27	177 243,70	64 676 165,97
Alterações no período															
Primeira doção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	889 839,29	0,00	889 839,29	0,00	889 839,29
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 438 903,78	-2 030 845,51	0,00	0,00	4 564 723,53	-1 905 025,76	-5 494,81	-1 910 520,57
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 438 903,78	-2 030 845,51	0,00	889 839,29	4 564 723,53	-1 015 186,47	-5 494,81	-1 020 681,28
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75 684,33	75 684,33		75 684,33
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)											4 640 407,86	-939 502,14		-939 502,14
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital/patrimônio		-18 940,67	0,00	0,00	0,00	-21 717,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-40 658,14	1 673 355,92	1 632 697,78
Entradas para coberturas de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	-18 940,67	0,00	0,00	0,00	-21 717,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-40 658,14	1 673 355,92	1 632 697,78
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	29 850 459,10	0,00	0,00	0,00	367 389,58	0,00	-14 418 320,03	9 701 852,48	0,00	37 941 696,53	75 684,33	63 518 761,99	1 845 104,81	65 363 866,80

5. Demonstração de fluxos de caixa consolidado

Município da Praia da Vitória			
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2022 - Consolidadas			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		202 722,81	3 842 214,03
Recebimentos de contribuintes		2 774 067,98	2 657 590,09
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		3 499 014,77	8 506 172,34
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1 793 614,30	-4 622 755,40
Pagamentos ao pessoal		-2 652 083,07	-6 213 440,71
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-143 881,47	-5 387 406,20
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		1 886 226,72	-1 217 625,85
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		292 016,14	4 125 200,11
Outros pagamentos		-5 684 018,67	-5 686 178,17
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-3 505 775,81	-2 778 603,91
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-175 102,71	-1 666 882,41
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-11 433,88	-22 990,14
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		116 958,11	57 986,50
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		452 607,14	425 103,65
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		39 149,33	939 848,29
Transferências de capital		1 947 292,95	1 657 963,39
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2 369 470,94	1 391 029,28
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 724 876,42	5 187 225,26
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			

Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1 600 317,46	-3 693 903,83
Juros e gastos similares		-116 463,59	-403 553,92
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		1 008 095,37	1 089 767,51
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-128 209,50	-298 860,16
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		945 680,34	945 680,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		817 470,84	646 820,18
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		389 507,84	500 566,69
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		389 507,84	500 566,69
De execução orçamental		363 850,28	389 507,84
Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
De operações de tesouraria		25 657,56	20 628,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período		267 186,39	389 507,84
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= saldo para a gerência seguinte		267 186,39	389 507,84
De execução orçamental		244 999,66	363 850,28
De operações de tesouraria		22 186,73	25 657,56

6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Notas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de capital	% do Capital Detido em 2020	Obs.
Município da Praia da Vitória	Praça Francisco Ornelas da Câmara, Praia da Vitória	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo e cooperação externa.			a)
Praia Ambiente, S.A., E.M.	Rua do Evangelho, Praia da Vitória	Gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e serviços conexos, drenagem e tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza pública urbana.	MPV	100,00%	b)
Praia Cultural, CIPRL	Rua Serpa Pinto, Praia da Vitória	Criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestações das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente, no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura, audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais. O desenvolvimento e promoção da ação social e psicomotora, através de iniciativas de apoio aos jovens, às famílias e idosos do concelho em dificuldades ou em situação de risco e a criação de espaços e equipamentos sociais. O desenvolvimento sociocultural, pedagógico e turístico-cultural, designadamente através de iniciativas e ações que promovam o concelho em todas as vertentes referidas.	MPV / Outros	97,36% / 2,64%	

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
- b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Praia da Vitória

1.2 – Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de capital	% do Capital Detido em 2020	Obs.
TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, E.E.M.	Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha	Gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis.	MPV / MAH	40% / 60%	a), b)

- a) Mensurada ao custo de aquisição

b) MAH – Município de Angra do Heroísmo

1.3 – Entidades associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Denominação social	Sede Social	% do capital	Quantia escriturada final
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Rua gregório Lopes, Lote 1514 R/C, Lisboa	0,67%	434 487,25 €
AGESPI	Porto da P.V. Edifício da Junta Autónoma dos Portos P.V.	25,00%	24 940,00 €
Associação Regional do Turismo	Rua da Palha, 32-34 A.H.	12,00%	45 000,00 €

1.4 – Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A caixa e seus equivalentes no dia 31 de dezembro de 2022 tem a seguinte composição:

Conta	31/12/2022		31/12/2021	
Caixa		12 749,18		13 605,31
Depósitos à ordem		401 779,20		633 214,87
Depósitos bancários à ordem	401 779,20		633 214,87	
Outros depósitos				
Depósitos a prazo				
Depósitos consignados				
Depósitos de garantias e caucões				
Total de caixa e depósitos		414 528,38		646 820,18

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O balanço e a demonstração dos resultados de 2021 e 2022 foram preparadas de acordo com o SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e dez anos.

Analisando os itens que compunham esta conta de acordo com o normativo anterior (POCAL), verificou-se que alguns não satisfazem a definição de ativo fixo intangível no SNC-AP. Uma vez que todos os ativos que compunham esta conta estão totalmente amortizados, foram desreconhecidos durante o ano de 2022.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para obter rendimento e/ou a valorização do capital, e não para utilização ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de reintegrações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os gastos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos/ rendas, obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo Método da equivalência patrimonial, de acordo com o previsto na NCP 23. De acordo com o parágrafo 5 desta norma, o investimento numa associada é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a quota-parte do Município nos resultados da participada depois da data de aquisição.

Imparidade dos ativos não correntes

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do

preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao valor nominal, sendo subsequentemente mensuradas ao custo deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber. As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e

contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Após o reconhecimento inicial os financiamentos são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas

Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais a mencionar. No entanto, do ponto de vista de análise futura, poderá existir necessidade de efetuar correções em exercícios futuros referentes ainda ao processo de transição para o SNC AP.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Autarquia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Município; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Autarquia. O Município não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Autarquia. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeira, o Órgão Executivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação e aos activos intangíveis;
- Registo de provisões e perdas de imparidade;
- Reconhecimento de proveitos em obras em curso;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações

em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto na NCP 2.

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício de 2022 foram como se segue:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (1)	Amortizações acumuladas (2)	Perdas por Imp. Acum. (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia bruta (5)	Amortizações acumuladas (6)	Perdas por Imp. Acum. (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação								
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	4 441 600,16	92 594,69		4 349 005,47	4 349 005,47	92 594,66		4 256 410,81
Ativos intangíveis em curso								
Total	4 441 600,16	92 594,69	0,00	4 349 005,47	4 349 005,47	92 594,66	0,00	4 256 410,81

NOTA 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS

No quadro seguinte encontra-se descrito os acordos de concessão. Estes contratos referem-se somente ao Município da Praia da Vitória.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da instalação, manutenção e exploração dos parquímetros da Praia da Vitória	DATAREDE - Sistemas de Dados e Comunicações, SA	-	13 A	-	-	-	-

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos itens que compõem esta rubrica é a seguinte:

Quadro 8 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	3 819 716,12			3 819 716,12	3 818 073,17			3 818 073,17
Edifícios e outras construções								0,00
Infraestruturas	43 760 986,76	25 200 493,58		18 560 493,18	44 387 862,61	26 586 256,22		17 801 606,39
Patrimônio histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Outros				0,00				0,00
Bens de domínio público em curso				0,00	5 532 916,84			5 532 916,84
	47 580 702,88	25 200 493,58	0,00	22 380 209,30	53 738 852,62	26 586 256,22	0,00	27 152 596,40
Ativos fixos em concessão				0,00				0,00
Terrenos e recursos naturais				0,00				0,00
Edifícios e outras construções				0,00				0,00
Infraestruturas				0,00				0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Ativos fixos em concessão em curso				0,00				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis				0,00				0,00
Terrenos e recursos naturais	8 685 044,93			8 685 044,93	8 640 902,13			8 640 902,13
Edifícios e outras construções	43 704 219,47	13 780 124,18		29 924 095,29	45 929 596,89	15 393 997,44		30 535 599,45
Equipamento básico	7 228 764,97	5 638 950,88		1 589 814,09	7 462 133,76	5 941 874,59		1 520 259,17
Equipamento de transporte	1 457 376,45	1 270 358,14		187 018,31	1 309 318,07	1 107 530,66		201 787,41
Equipamento administrativo	3 474 936,49	3 000 366,55		474 569,94	3 499 412,55	3 130 271,28		369 141,27
Equipamentos biológicos				0,00	0,00			0,00
Outros	103 752,74	103 149,78		602,96	104 577,11	73 941,62		30 635,49
Ativos fixos tangíveis em curso	8 368 944,53			8 368 944,53	2 675 773,17			2 675 773,17
	73 023 039,58	23 792 949,53	0,00	49 230 090,05	69 621 713,68	25 647 615,59	0,00	43 974 098,09
Total	120 603 742,46	48 993 443,11	0,00	71 610 299,35	123 360 566,30	52 233 871,81	0,00	71 126 694,49

NOTA 7 – CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos bancários		
Passivo corrente	3 279 168,83	1 520 438,76
Passivo não corrente	15 774 725,35	17 255 079,17

NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas, no início e no final do período, em propriedades de investimento:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. internas	Ganhos de Justo Valor	Perdas de Justo Valor	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	1 876 220,09						3 908,64	1 872 311,45
Edifícios e outras construções								
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de investimento em curso								
Total	1 876 220,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 908,64	1 872 311,45

NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

De seguida, apresenta-se o quadro com as imparidades de ativos a 31 de dezembro de 2022:

RUBRICAS	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	287 227,08	12 106,88	0,00	275 120,20
Total	287 227,08	12 106,88	0,00	275 120,20

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

A decomposição da rubrica de inventários é a seguinte:

RUBRICAS	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	188 219,40		188 219,40
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	188 219,40	0,00	188 219,40

NOTA 15 – PROVISÕES

O detalhe da rubrica de provisões consolidadas é o seguinte:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final (4)=(1)+(2)-(3)
		Total aumentos (2)	Total diminuições (3)	
Impostos, contribuições e taxas				0,00
Garantias a clientes				0,00
Processos judiciais em curso	1 959 389,81			1 959 389,81
Acidentes de trabalho e doenças profissionais				0,00
Matérias ambientais				0,00
Contratos onerosos				0,00
Reestruturação e reorganização				0,00
Outras provisões				0,00
Total	1 959 389,81	0,00	0,00	1 959 389,81

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica participações financeiras e outros ativos financeiros consolidados é o seguinte:

RUBRICAS	Quantia bruta (1)	Aumentos			Diminuições			Quantia (8)=(1)+(2)+(3)+ (4)-(5)-(6)-(7)
		Compras (2)	Ganhos JV (3)	Outros (4)	Alienações (5)	Perdas JV (6)	Outros (7)	
Ativos financeiros mensurados ao MEP								
Participações financeiras	11 257 306,91						113 957,33	11 143 349,58
Outros ativos financeiros	34 190,26	10 262,07						44 452,33
Total	11 291 497,17	10 262,07	0,00	0,00	0,00	0,00	113 957,33	11 187 801,91

NOTA 23 – DETALHE DA CONTA DE DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe das rubricas de diferimentos é o seguinte:

Conta	Nome	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
2819	Gastos a reconhecer	38.925,92	67.550,93	81.341,51	25.135,34
2829	Rendimentos a reconhecer	472.676,10	120.000,00	116.666,64	476.009,46

NOTA 24 – DETALHE DA CONTA DE ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe das rubricas do Estado e Outros Entes Públicos é o seguinte:

Descrição	31/12/2022	
	Saldos devedores	Saldos credores
Estado e outros entes públicos	74 576,45	149 568,28
Imposto sobre o rendimento	1 303,97	15 410,75
Retenção de impostos sobre o rendimento	-	33 757,63
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	73 272,48	-
Outros impostos	-	12,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	100 387,90

NOTA 25 – DETALHE DOS RÉDITOS

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2022 é detalhado conforme se segue:

Descrição	31/12/2022
Impostos Diretos	1 913 834,49
Impostos Indiretos	1 501 955,41
Taxas	130 941,92
Multas e Penalidades	4 917,69
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 382 871,97
Rendimentos imputados a entidades associadas	369 191,66
Vendas	101 067,33
Prestação de Serviços	3 905 424,82
Reversões	306,20
Vendas de Bens	94 057,05
Ganhos por aumento de Justo Valor	-
Outros	1 260 927,75
TOTAL	17 665 496,29

NOTA 26 – DETALHE DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” encontra-se detalhada conforme se segue:

Descrição	31/12/2022
Despesas com Subcontratos	302 635,29
Serviços de transporte	0,00
Trabalhos especializados	474 172,05
Publicidade, comunicação e imagem	21 277,87
Vigilância e segurança	95 024,21
Honorários	101 017,00
Comissões	93 000,26
Conservação e reparação	416 634,79
Serviços bancários	34 277,50
Outros serviços especializados	22 265,15
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	169 999,34
Livros e documentação técnica	269,95
Material de escritório	21 087,06
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	11 918,10
Material de educação, cultura e recreio	5 621,44
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	18 182,12
Medicamentos e artigos para a saúde	2 679,60
Outros	285 572,26
Eletricidade	596 134,06
Combustíveis e lubrificantes	263 286,67
Produtos de limpeza de veículos	10 170,61
Produtos tratamento de águas	355,42
Água	0,00
Deslocações e estadas	47 985,43
Transportes de pessoal	6 119,15
Transportes de mercadorias	29 250,88
Transporte de material	0,00
Outros	60 565,55
Rendas e alugueres	655 968,95
Comunicação	122 552,85
Seguros	80 827,09
Royalties	50,30
Contencioso e notariado	16 001,53
Despesas de representação dos serviços	10 061,10
Limpeza, higiene e conforto	24 325,92
Outros serviços	127 387,13
TOTAL	4 126 676,63

NOTA 27 – DETALHE DOS OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos valores incluídos na rubrica de “Outros Gastos e Perdas” a 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

Descrição	31/12/2022
Impostos	44 010,57
Taxas	2 938,25
Alienações	133 813,58
Abates	14 024,66
Gastos em entidades controladas e associadas	-84 042,23
Correções relativas a períodos anteriores	2 171,26
Donativos	0,00
Quotizações	21 963,06
Outros	69 943,18
TOTAL	204 822,33

NOTA 28 – DETALHE DOS GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta de Gastos com o Pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	260 130,69
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	0,00
Remunerações do pessoal	6 292 349,71
Indemnizações	250,00
Encargos sobre remunerações	1 446 950,06
Seguro Acidentes de Trabalho e doenças profissionais	72 708,21
Outros gastos com o pessoal	117 814,20
Outros encargos sociais	202 884,18
TOTAL	8 393 087,05

NOTA 29 - PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Ver mapa nº4 – Demonstração das alterações ao património líquido consolidado.

NOTA 30 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

De acordo com a NCP 27 os documentos de prestação de contas devem divulgar informação sobre a avaliação de desempenho e avaliação por programas, sobre os custos tendo por base a informação disponibilizada pelo sistema de contabilidade de custos e de gestão. Apesar de alguma informação obtida fazer parte do relato financeiro de periodicidade anual, a contabilidade de custos é essencialmente uma ferramenta de

apoio à gestão, pelo que deve fornecer informação constante sobre os custos das principais atividades e desvios em relação ao previsto.

No caso das autarquias locais, devem ser obtidos mapas de informação indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado (se existir), por cada:

- (a) Bem produzido ou serviço prestado;
- (b) Função, unidade, departamento ou atividade;
- (c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos;

O Município desencadeou o processo de atualização do seu sistema de contabilidade de custos face à transição para o SNC-AP por forma a cumprir com as divulgações acima descritas. No entanto, este processo não se encontra ainda concluído, razão pela qual as divulgações previstas não foram efetuadas. Assim, o Município utiliza a faculdade prevista na IPSAS 33, que concede um período de transição de três anos para a adoção integral da NCP 27.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município da Praia da Vitória ou às Entidades incluídas no perímetro de consolidação ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

7. Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas

8. Certificação Legal de Contas Consolidadas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município da Praia da Vitória (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 91 991 034,23 euros e um total de património líquido de 65 363 866,80 euros, incluindo um resultado líquido de 75 684,33 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município da Praia da Vitória em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Durante o exercício de 2019, o Município concluiu o levantamento e cadastro dos bens da autarquia. Com a transição para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas foi necessário rever a vida útil dos ativos, o que originou alterações na sua valorização e correspondente impacto nos subsídios ao investimento. A correção dos ajustamentos efetuados apenas poderá ser validada durante os próximos exercícios pelo que, a esta data, ainda não nos é possível emitir opinião sobre os saldos das rubricas de Ativos fixos tangíveis e Subsídios ao investimento evidenciados no balanço consolidado à data de 31 de dezembro de 2022.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à

data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

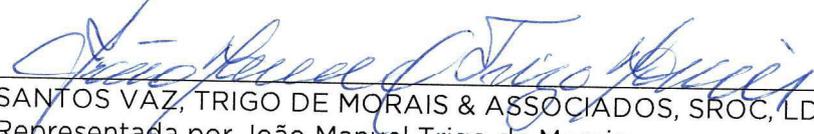
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Em nossa opinião, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 26 de maio de 2023


SANTOS VÁZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Morais
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relatório

No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Grupo, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório consolidado de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas, e o respetivo anexo às demonstrações financeiras consolidadas são suficientemente esclarecedores da situação do Grupo municipal e satisfazem as disposições legais.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal de Contas, que emitimos somos parecer que as contas consolidadas do MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA referentes ao período de 2022, se apresentam elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Porto, 26 de maio de 2023



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)